



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROCESSO N.º 201700962952

REQUERENTE: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

ASSUNTO: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

**DECISÃO/OFÍCIO CMFE N.º 1274/2019**

Às fls. 95/96, foi juntado despacho proferido pelo eminente Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Humberto Martins, na Consulta n° 0004693-27.2018.2.00.0000, para que todas as Corregedorias Estaduais tomem ciência da orientação ali exposta.

No despacho, a Corregedoria Nacional de Justiça firmou a orientação de que “o Provimento n° 63/2017 da Corregedoria Nacional de Justiça deve ser interpretado no sentido de exigir a averbação de CPF para expedição de 2ª via de assento de registro civil com exceção das pessoas já falecidas que não detinham tal cadastro em vida”.

Isto porque a Receita Federal do Brasil informou que não precisa da averbação do CPF nas certidões de pessoas falecidas, pois não é essencial para a tramitação dos seus processos.

Dessa maneira, **oficie-se, via malote digital, a todos oficiais de registro do Estado do Espírito Santo para que tomem ciência do despacho proferido pela Corregedoria Nacional de Justiça no bojo da Consulta n° 0004693-27.2018.2.00.0000.**

No ofício, encaminhe-se cópia do despacho (fls. 95/96).

Dê-se ciência ao SINOREG-ES.

Nada mais havendo, **voltem os autos ao arquivo.**

Vitória/ES, 22 de novembro de 2019.

Desembargador SAMUEL MEIRA BRASIL JR.

Corregedor Geral da Justiça